

1 No dia 30 de abril de 2008, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio Genético – DPG,
2 sito à SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 29ª Reunião Ordinária
3 da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros
4 da Comissão: Sr. Braulio Ferreira de Souza Dias (titular) e Sr. **Lídio Coradin** (suplente) – MMA;
5 Sra. **Iolita Bampi** (suplente) – IBAMA; Sra. **Andrea Ferreira Portela Nunes** (suplente) – MCT;
6 Sra. **Cláudia Tavares** (suplente) – MRE; Sr. **Marcelo Barbosa Sampaio** (titular) – SEAP; Sra.
7 **Sônia Machado de Campos Dietrich** (suplente) – ABC; Sr. **Nelson Ananias Filho** (titular) –
8 CNA; Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente) – CNI; Sr. **Lúcio Flores** (titular) – COIAB; Sra. **Fani**
9 **Mamede** (titular) – CONTAG; Sra. **Maria Adélia Oliveira** (titular) – FBOMS, Movimentos
10 Sociais; Sra. **Ivaneide Bandeira** (titular) – FBOMS, ONGs ambientalistas; Sr. **Aladim de Alfaia**
11 **Gomes** (suplente) – MONAPE; e Sr. **Miguel Pedro Guerra** (titular) – SBPC. Os seguintes
12 convidados estavam presentes à reunião: Sr. **Marcos Del Prette** e Sr. **João Evangelista** (MMA);
13 Sr. **André Greenhalg** e Sr. **Jânio Rosa** (MDA); Sr. **Celso Filho** e Sra. **Adma Figueiredo** (IBGE);
14 Sra. **Paula Tavares** (MD); Sra. **Thais Chueire** (Patri Políticas Públicas); e Sra. Lúcia Caetano
15 (Elabore Consultoria Ambiental). Pela Secretaria Executiva da CONABIO, estavam presentes a Sra.
16 **Gláucia Jordão Zerbini**, a Sra. **Érica Frazão Pereira** e o Sr. **Felipe Monteiro Diniz** (MMA). A
17 pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA**
18 **PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO; 4.**
19 **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO: 4.1. Estudo da Dimensão Territorial do PPA – módulos**
20 **05 – Da Carteira de Investimentos e 07 – Da Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de**
21 **Investimentos (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); 4.2. Andamento dos**
22 **Trabalhos do Zoneamento Agroecológico da Expansão da Cana de Açúcar. (Roberto Ricardo**
23 **Vizentin, Diretor de Zoneamento Territorial. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento**
24 **Rural Sustentável – SDR/MMA); 5. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO: 5.1 Relato**
25 **Parcial de Atividades da Câmara Técnica Temporária de Biocombustíveis e Biodiversidade;**
26 **5.2 Termo de Referência para a elaboração de estudo de análise de riscos sobre a**
27 **biodiversidade, resultantes da expansão de cultivos para a produção de biocombustíveis; 6.**
28 **INFORMES: 6.1 Reunião de Capacitação para as Partes da América do Sul sobre as**
29 **Estratégias e Planos de Ação Nacionais sobre Biodiversidade e Integração da Biodiversidade**
30 **nos Setores e Políticas Transversais (31 de Março à 04 de Abril, Rio Branco – AC); 7.**
31 **ASSUNTOS GERAIS; e 8. ENCERRAMENTO. O SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA**
32 **DIAS (MMA) abriu a reunião apresentando os assuntos em pauta, informando que o item 4.1, que**
33 **trata da apresentação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não iria ser vencido,**
34 **visto que o mesmo solicitou que fosse adiada para a próxima reunião a apresentação dos estudos de**

35 Dimensão Territorial do PPA. Foi proposta uma alteração da pauta, com a supressão do item 4.1 e
36 que se começasse com o item 5 (Apresentação e Deliberação) antes do item 4 (Apresentação e
37 Discussão), uma vez que a outra apresentação, do **SR. MARCOS DEL PRETTE (MMA)**, teria
38 que ser no início da tarde, por solicitação do autor. As alterações foram aprovadas. Foram
39 comunicadas as alterações de composição da CONABIO, com a entrada do primeiro e segundo
40 suplentes do MRE: **SR. PEDRO AURÉLIO FLORESCIO CABRAL DE ANDRADE** e **SRA.**
41 **CLÁUDIA BORGES TAVARES**. Do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como
42 membro titular o **SR. ANDRÉ ARANTES LUCIANO**. Pela ABEMA, como titular, o **SR.**
43 **WILSON LOUREIRO** e o primeiro suplente, o **SR. JOÃO BATISTA CAMPOS**, tendo como
44 segundo suplente o **SR. ALOÍSIO COSTA JÚNIOR**. Da SBPC, a indicação do segundo suplente,
45 o **SR. MIGUEL TRUFEAU URBANO RODRIGUES**. A Ata da 28ª Reunião Ordinária foi
46 apreciada e foi aprovada com alterações, sendo computadas duas abstenções. Se passou, então, ao
47 item 5; subitem 5.1, relato parcial das atividades da Câmara Técnica Temporária de Biocombustível
48 e Biodiversidade – CTTBB. O **SR. LÍDIO CORADIN (MMA)** iniciou a apresentação informando
49 sobre os avanços da CTTBB, que estão sendo trazidos para considerações da Comissão. Enfatizou a
50 boa participação de muitos segmentos e agradeceu pela vontade de trabalhar dos constituintes da
51 CTTBB. Fez um breve histórico da CTTBB, de sua criação e de suas atribuições, da alteração
52 trazida pela aprovação da Deliberação nº 51, da composição da CTTBB ao longo de suas nove
53 reuniões de trabalho, das palestras apresentadas, do termo de referência que seria apresentado à
54 CONABIO. Informou que este Termo aborda os seguintes grupos de tópicos: introdução,
55 justificativa, objetivos, objetivos específicos, metodologia geral, produtos esperados, bibliografia.
56 Informou que havia duas versões do Termo enviado aos membros da CONABIO: uma, enviada
57 com os 10 dias de antecedência, e outra, enviada com pouco menos de tempo, com uma nova
58 estrutura, que levava em consideração as propostas do Ministério da Saúde, com relação aos
59 objetivos específicos, terminado o relato das atividades da CTTBB, agradeceu mais uma vez às
60 pessoas e instituições que se envolveram nos debates, que foram bastante fortes e positivos. O **SR.**
61 **BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** agradeceu a apresentação. Teceu comentários
62 a respeito desta temática, lembrando que as discussões no âmbito da CONABIO estão restritas aos
63 aspectos que tenham relação com biodiversidade e que existem outros aspectos da questão de
64 produção ou consumo de biocombustíveis que extrapolam as competências aqui desta comissão.
65 Solicitou aos membros da CONABIO que, antes de se iniciar a avaliação do Termo de Referência
66 oriundo desta Câmara, que manifestassem qualquer pergunta ou dúvida sobre o relato apresentado.
67 A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA (ONGs AMBIENTALISTAS)** solicitou um esclarecimento
68 sobre quando se falou de terras indígenas em conformidade com a legislação, se está se referindo ao

69 que já está instituído, ao que já está demarcado e homologado. O **SR. LÍDIO CORADIN (MMA)**
70 respondeu que o que se leva em consideração é que existe uma legislação toda relacionada ao uso
71 da terra da terra pelo índio, direitos e obrigações relacionados ao assunto e que se entende que os
72 próprios grupos indígenas têm direito ao usufruto da terra. A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA**
73 **(ONGs AMBIENTALISTAS)** sugeriu que, no texto, fossem consideradas as terras levantadas pela
74 FUNAI, ainda não demarcadas, de índios isolados e de terras utilizadas pelos Índios sem proteção
75 legal. A **SRA. MARIA ADÉLIA CRUZ (MOVIMENTOS SOCIAIS)** manifestou preocupação
76 em se olhar com mais cuidado para alguns biomas, particularmente no Nordeste. O **SR. BRAULIO**
77 **FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** sugeriu que a Sra. Adélia encaminhasse ou que viesse
78 para uma próxima reunião da CTTBB para colocar algumas preocupações e propostas específicas
79 com relação ao Nordeste ou Caatinga para que a câmara leve isso em consideração. O **SR. LÍDIO**
80 **CORADIN (MMA)** informou que o que a Sra. Adélia se referia é um produto da Tarefa 4 da
81 CTTBB e que, por força de Deliberação nº 51, deverá ser trazida à próxima reunião da CONABIO,
82 em junho, e que a CTTBB levará em consideração estas observações. O **SR. NELSON ANANIAS**
83 **(CNA)** solicitou informação sobre a alternativa à utilização de biocombustíveis em vários locais do
84 país que não em áreas de concentração de cana-de-açúcar, ponderando sobre os custos, econômicos
85 e ambientais, de se fazer biocombustíveis nessas região, que deveria ser levado em conta como
86 tarefa da CTTBB. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** considerou, como
87 possibilidade, que isso seja discutido no âmbito da Tarefa 4 da Câmara Técnica, chamando atenção
88 para que não se extrapole as preocupações de biodiversidade, mas que isso poderia ser uma
89 recomendação no sentido de se pensar em regiões onde existam uma vantagem comparativa do
90 biocombustíveis. A **SRA. MÁRCIA CHAME (MS)** ponderou que seria necessário ainda enxugar
91 mais o Termo de Referência, que apresenta ainda muitos problemas de questão metodológica da
92 forma como está escrito, faltando dados bastante importantes, inclusive dos compromissos do Brasil
93 em relação à perda de biodiversidade. Foi iniciada o item 5.2, discussão do Termo de Referência. O
94 **SR. ANDRÉ ARANTES (MDA)** fez uma breve exposição sobre parte da metodologia usada pela
95 CTTBB para avaliar os assuntos a serem tratados, se considerando que se há uma expansão, seja do
96 biodiesel seja do etanol, iria haver também uma alteração na vida das pessoas e da própria
97 biodiversidade, e, fora com base neste mote que se desenhou a metodologia e as tarefas da Câmara
98 Técnica. A **SRA. ANDREA NUNES (MCT)** informou que as preocupações elencadas por alguns
99 membros da CONABIO estão contempladas nas primeiras tarefas da CTTBB, mas que se não
100 houver definições mais específicas a serem detalhadas no TOR, principalmente com relação aso
101 riscos à biodiversidade, ficará muito difícil se terminar o trabalho. O **SR. MIGUEL GUERRA**
102 **(SBPC)** considerou que a CONABIO não previu um foco mais específico no mandato da CTTBB

103 porque não se vai conseguir dar a abrangência ampla, prevista nas deliberações, à câmara técnica e,
104 que, a falta desse foco é que deve ser visto com prioridade. O **SR. LÍDIO CORADIN (MMA)**
105 concordou com o Sr. Miguel Guerra e lembrou que quanto maior o leque de abrangência de
106 atividades menos profundidade se vai atingir. A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA (ONGs**
107 **AMBIENTALISTAS)** –comentou que concorda com as ponderações da Sra. Márcia Chame e do
108 Sr. Miguel Guerra, defendendo que os estudos sejam realizados nos diferentes biomas brasileiros,
109 incluindo a Amazônia. Sugeriu que a câmara técnica não cite, no termo de referência, apenas o
110 zoneamento como delineador de políticas agrícolas para a política de biodiversidade, que citem
111 outros. A **SRA. FANI MAMEDE (CONTAG)** manifestou ser pertinente a inclusão da análise de
112 risco sobre biodiversidade no objetivo geral, que a questão da saúde do ser humano deveria estar
113 dentro dos objetivos específicos e como resultado do termo de referência e que os produtos
114 esperados estão fazendo referência aos objetivos específicos e não à metodologia. O **SR. ANDRÉ**
115 **ARANTES (MDA)** explicou que um dos produtos esperados está realmente indicando os objetivos
116 específicos, mas que estes deveriam ser renumerados para a sua correta observação. O **SR.**
117 **BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** informou que, pelo adiantado da hora, já
118 gostaria de suspender a reunião, para que se retomasse a tarde, com a apresentação do Zoneamento
119 Agroecológico, passando a palavras às últimas manifestações da manhã, solicitou que fossem
120 breves. A **SRA. MÁRCIA CHAME (MS)** sugeriu que se procedesse a análise de um por um dos
121 produtos do Termo de Referência e não dos objetivos específicos. O **SR. BRAULIO FERREIRA**
122 **DE SOUZA DIAS (MMA)** informou que os produtos esperados são para efeitos de cobrança de
123 quem vier a ser contratado e que a CONABIO não precisava se preocupar, se assim quisesse, com
124 problemas operacionais. O **SR. LÍDIO CORADIN (MMA)** lembrou a todos que a atividade na
125 Plenária da CONABIO, neste dia, é para saber qual é a informação que se considera fundamental
126 para a CONABIO e para o país. E então, priorizá-la. Às 12h45, foram encerrados os trabalhos pela
127 manhã. Às 14h00, o **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** reiniciou os
128 trabalhos da 29ª Reunião Ordinária da CONABIO, indicando a presença do **SR. MARCOS DEL**
129 **PRETTE**, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, que
130 realizaria a apresentação dos avanços na elaboração do zoneamento agroecológico da área de
131 expansão da cana- de-açúcar no Brasil, voltado, principalmente para a questão de produção de
132 etanol combustível. Marcos, por favor. Mencionou também a presença de técnico do IBGE, o **SR.**
133 **CELSO MONTEIRO**. Seguiu a apresentação do **SR. MARCOS DEL PRETTE (SECRETARIA**
134 **DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL/MMA)** sobre o
135 Andamento dos Trabalhos do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar. Em seguida, foi
136 aberta a palavra aos presentes. A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** perguntou se o acordo,

137 mencionado na apresentação, entre o MMA e o MAPA é específico para a cana-de-açúcar ou se é
138 extensivo a outras culturas. O **SR. MARCOS DEL PRETTE (SECRETARIA DE**
139 **EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL)** respondeu que nesse
140 caso específico era exclusivo para a cana. A **SRA. ANDREA NUNES (MCT)** perguntou qual o
141 conceito de áreas com restrições ambientais. O **SR. MARCOS DEL PRETTE (SECRETARIA**
142 **DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL)** informou que se
143 trata de áreas legalmente protegidas, áreas de preservação permanente, áreas indicadas para
144 proteção da biodiversidade, o mapa das áreas prioritárias, além de outras áreas importantes que
145 podem ser definidas inclusive pelos Estados. Enfatizou que uma diretriz fundamental é que não vai
146 se derrubar nada. A **SRA FANI MAMEDE (CONTAG)** questionou se o zoneamento
147 agroecológico é reconhecido em instrumento legal e qual seria este documento. O **SR. MARCOS**
148 **DEL PRETTE (SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL**
149 **SUSTENTÁVEL)** respondeu que se terá que aprofundar os marcos legais, que, em alguns Estados,
150 a discussão do Zoneamento Agroecológico está sendo feita de forma articulada, em fóruns
151 regionais, acompanhando as discussões do ZEE. Enfatizou que não se está forçando os Estados, que
152 se está indo de fórum a fórum para discutir e experimentar o zoneamento. O **SR. MARCELO**
153 **SAMPAIO (SEAP)** questionou se, em relação ao impacto da atividade sobre biodiversidade, existe
154 algum componente que a equipe do zoneamento considere ser mais específico e se tais elementos
155 seriam efetivamente necessários para que se possam monitorar os impactos sobre a biodiversidade.
156 O **SR. MARCOS DEL PRETTE (SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E**
157 **DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL)** respondeu que, não sendo da área, o que ele
158 poderia aportar, no máximo, é que aquelas áreas que não precisam, segundo a diretriz de nada
159 derrubar, não precisam servir como área de expansão, mas que é uma questão preocupante, porque
160 no caso da usina, certamente haverá impactos na água, a questão dos aquíferos e na própria
161 diversidade dos recursos hídricos. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** comentou que a questão
162 da água, dos recursos hídricos, não é uma camada de informação que está sendo observada. O **SR.**
163 **MARCOS DEL PRETTE (SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO**
164 **RURAL SUSTENTÁVEL)** replicou que há a preocupação e que o problema é a dificuldade de se
165 ter a informação disponível. O **SR. CELSO MONTEIRO FILHO (IBGE)** complementou a
166 resposta, relatando que o que foi apresentado é uma primeira fase do trabalho, que está previsto que
167 seja ampliado e que incorpore novas informações, tanto na área social para fazer uma melhor análise
168 social do impacto da cana e indicadores de agrotóxico, poluição do solo, em uma próxima etapa. A
169 primeira fase se restringe aos riscos climáticos, informações sobre o clima, o solo, a vegetação para
170 aptidão agrícola, mas que está previsto novos *layers* de informação nessa base de dados que a

171 Embrapa está trabalhando. Por enquanto é para atender uma demanda do MAPA. O **SR. MIGUEL**
172 **GUERRA (SBPC)** ponderou que se observe o que já esta sendo feito para que não se repita no
173 Termo de Referência e vendo qual demandas teriam maior interface com a biodiversidade. A **SRA.**
174 **ANDREA NUNES (MCT)** questionou se todas as imagens landsat que foram usadas para os
175 Estados são da mesma data, de 2002. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)**
176 respondeu que por causa das diferentes regiões do Brasil contarem com diferentes graus de
177 cobertura de nuvem, nem todas as imagens puderam ser de um mesmo ano, sendo necessário buscar
178 imagens em diferentes épocas do ano ou inclusive no ano anterior ou no ano seguinte para tentar
179 encontrar um número maior de imagens sem cobertura de nuvens. A **SRA. ANDREA NUNES**
180 **(MCT)** manifestou preocupação, especialmente com relação ao Centro-Sul, se fora feito algum
181 esforço no sentido de tentar fazer alguma correção, especificamente em vegetações que são
182 gramíneas, que não tem estrutura arbórea, para se ter certeza de que não se trata de pastagem. O
183 **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** comunicou que houve trabalho de campo
184 de validação, mas obviamente foi feito por amostragem, uma vez que o Brasil é muito grande e essa
185 não tinha sido uma escala de mapeamento em detalhe, que a preocupação do Ministério do Meio
186 Ambiente foi tentar separar pasto nativo de plantado porque, no entendimento do MMA, uma
187 vegetação campestre nativa utilizada como pasto merece toda a proteção ambiental como uma área
188 de mata remanescente e não deve receber o mesmo tratamento de uma pastagem plantada. O **SR.**
189 **MIGUEL GUERRA (SBPC)** comentou que se leve em consideração também a discussão da
190 utilização possível de áreas degradadas para a produção de cana ou de outras coisas, porque os
191 agentes econômicos não iriam querer produzir nada em área degradada; e que a CONABIO
192 monitore o processo de uma maneira que ele não venha colocar em risco alguns remanescentes que
193 ainda existem em determinadas áreas e que, mais do que nunca, os filtros e as salvaguardas são
194 extremamente pertinentes a essa condição. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS**
195 **(MMA)** informou que na ausência desse estudo, os investimentos com a expansão da cana
196 continuam, por isso a preocupação do governo de ter um produto, mesmo que não seja o mais
197 perfeito possível, mas que consiga levar em consideração todos os fatores disponíveis num
198 zoneamento que possa orientar esse processo. O **SR. JÂNIO ROSA (MDA)** ponderou a
199 importância do processo do zoneamento como um fator de possível expansão ou o processo de
200 zoneamento como fator de possível restrição. Que se não houver uma preocupação enquanto
201 estrutura de governo, em gestão do programa, se corre um sério risco de impactar negativamente se
202 não houver um produto com resultado que analise com profundidade duas questões: a produção de
203 biodiesel a partir das oleaginosas e a produção do etanol. Perguntou se é necessário, dentro do
204 produto a ser gerado, buscar uma caracterização mais efetiva do processo de produção, ou seja,

205 impactos positivos e negativos da produção de biocombustíveis como um todo no estudo e, por
206 meio do zoneamento, estabelecer fatores limitantes. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA**
207 **DIAS (MMA)** esclareceu que, com relação ao estudo, a proposta da CTTBB propõe tratar
208 separadamente, álcool e biodiesel, que entende que o zoneamento também deve tratar
209 separadamente essas questões. O **SR. MARCOS DEL PRETTE (SECRETARIA DE**
210 **EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL/MMA)** informou que
211 boa parte dos outros biocombustíveis, principalmente os agrocombustíveis, poderão ter melhor
212 qualificação a partir de produtos existentes nos ZEEs dos Estados. O **SR. BRAULIO FERREIRA**
213 **DE SOUZA DIAS (MMA)** agradeceu a presença do Sr. Marcos, fazendo o convite para apresentar
214 o estudo assim que este estiver concluído. Retomou a discussão sobre o termo de referência,
215 sugerindo um encaminhamento: para que se concentrasse nas questões de mérito e não de forma.
216 Essas questões é o ministério ou outro órgão que vai contratar esse estudo que vai ter que se
217 preocupar, para efeitos de licitação e contratação. Propôs que a discussão ficasse centrada no item
218 3.1, onde foram elencados uma série de objetivos específicos, sendo 9, sugerindo uma discussão
219 rápida, parágrafo por parágrafo. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** manifestou preocupação
220 com o fato de ser um só termo de referência a abordar o etanol e biodiesel, pois se trata de dois
221 produtos que representam uma distância muito grande entre si. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE**
222 **SOUZA DIAS (MMA)** informou que não tem necessidade de se preocupar com isso no momento,
223 ainda iria se decidir se irá ser um estudo, se serão 2 ou se serão 3, que se for mapeado na
224 CONABIO a demanda, o Ministério do Meio Ambiente ao contratar, vai avaliar a complexidade e
225 irá decidir se é necessário separar, então vai fazer um contrato para biodiesel e outro para etanol,
226 por exemplo. A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** ponderou sobre a preocupação de se manter o
227 mandato da CTTBB, que é a elaboração do estudo de análise de risco sobre biodiversidade, para
228 que se focasse naquilo que é fundamental, que é a biodiversidade. O **SR. BRAULIO FERREIRA**
229 **DE SOUZA DIAS (MMA)** respondeu que se trata de um desafio para a Comissão, mas que se
230 focalizar demais, se restringir demais, poderia ficar muita coisa importante de fora e se teria apenas
231 uma visão parcial do problema. Que o bom senso é fundamental nesse trabalho. Perguntou se todos
232 concordavam em discutir a proposta parágrafo por parágrafo. Todos concordaram, registrando as
233 propostas de cada um para depois se deliberar. O **SR. MIGUEL GUERRA (SBPC)** propôs
234 apresentar análise sistêmica e seus possíveis impactos na biodiversidade dos diferentes biomas. A
235 **SRA. MARIA ADÉLIA CRUZ (FBOMS)** sugeriu, na penúltima linha, ao invés de “incluindo a
236 caracterização da atividade produtiva e comparação com a localização de áreas”, trocar por “relação
237 com a localização e não comparação” para o primeiro e segundo parágrafo. O **SR. MARCELO**
238 **SAMPAIO (SEAP)** abriu novo parágrafo sugerindo no início “Incorporar na análise de riscos sobre

239 a biodiversidade os dados do zoneamento agroecológico referentes a”. Neste mesmo parágrafo, o
240 **SR. JÂNIO ROSA (MDA)** sugeriu incorporar “análise dos impactos”, porque impactos podem ser
241 positivo, como fator de agregação, e negativo, como fator de risco, em substituição a “riscos por
242 impactos”. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS(MMA)** solicitou que “risco” fosse
243 colocado entre colchetes e também a alternativa “impactos” na expressão “análise de “, para que
244 fosse discutido depois. O **SR. ANDRÉ ARANTES (MDA)** sugeriu, no novo parágrafo, na segunda
245 linha, mudar “referentes a cadeias produtivas de biodiesel” para “o sistema agroindustrial do
246 biodiesel ou sistema agroindustrial sucroalcooleiro”. Sem mais nenhuma sugestão, passou-se ao
247 segundo parágrafo, com as mesmas correções sugeridas para o primeiro, renumerando-se os
248 parágrafos novos como “1Bis”, “2Bis”, etc. A **SRA. SONIA DIETRICH (ABC)** propôs colocar
249 “apresentar análise da expansão dos diferentes biomas”, no lugar de “do sistema agroindustrial e
250 sulcroalcooleiro” e redigir também “em função das áreas protegidas“ ao invés de “diagnóstico de
251 localização” e, apontou que o termo biodiversidade deveria vir também como “na biodiversidade
252 dos diferentes ecossistemas”. Também sugeriu tirar “comparação” e colocar “relação com a
253 localização”. Terminado o segundo parágrafo, passou-se ao terceiro. O **SR. BRAULIO**
254 **FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** fez uma proposta de substituir “impactos extremos” por
255 “impactos significativos”. A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** fez uma intervenção, lembrando
256 que portava as sugestões da **SRA. MÁRCIA CHAME (MS)**. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE**
257 **SOUZA DIAS (MMA)** informou que a Sra. Márcia Chame tivera que sair e solicitou à Sra. Iolita
258 Bampi acompanhasse e apresentasse as alterações sugeridas pela Sra. Márcia Chame. Solicitou que
259 a listagem apresentada pela sugestão da Sra. Márcia fosse colocada ao final do terceiro parágrafo,
260 que foi: “espécie ameaçadas de extinção; remanescentes das vegetações naturais; erosão genéticas
261 de nativas; impactos do uso de transgênicos; espécies exóticas invasoras; uso de defensivos
262 agrícolas e perda de hábitat”. Houve rápida discussão sobre os termos “negativos e positivos”, para
263 adjetivar “impactos”, se colocando ambos entre colchetes para que fosse deliberado depois. Passou
264 ao parágrafo quarto. A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** apresentou uma sugestão da Sra. Márcia
265 Chame (MS) para tirar a palavra “diagnosticar” e colocar “solicitar ao Ministério da Saúde a
266 sistematização dos dados existentes e ainda e/o fortalecimento das pesquisas sobre os impactos”. O
267 **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** apresentou nova redação com a expressão “considerar nas
268 análises de risco, os impactos positivos e negativos”. A **SRA. ANDREA NUNES (MCT)** propôs a
269 retirada do item. Abriu-se as propostas para o quinto parágrafo. A **SRA. ANDREA NUNES**
270 **(MCT)** solicitou também a retirada deste item. A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** apresentou
271 sugestão da Sra. Márcia Chame, semelhante à anterior, excluindo a palavra “diagnosticar” e incluir
272 “solicitar ao Ministério da Saúde a sistematização dos dados existentes e dados complementares do

273 MDA e MI”. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** sugeriu, como encaminhamento desta
274 comissão, uma moção ao Ministério da Saúde para que avalie os impactos dentro do sistema de
275 saúde em relação àquela proposta. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)**
276 informou que poderia ser um encaminhamento a ser deliberado depois. A **SRA. SONIA**
277 **DIETRICH (ABC)** sugeriu que, com foi feito no parágrafo quarto, inserir a parte “considerar na
278 análise de risco essas situações da saúde”, o que foi feito. Seguiu-se ao sexto parágrafo. A **SRA.**
279 **MARIA ADÉLIA CRUZ (FBOMS)** ponderou que, ao invés “diagnosticar o impacto do uso de
280 agrotóxico na produção de biocombustíveis e sua acumulação nos compartimentos ambientais”,
281 melhor redação seria “o impacto do uso de agrotóxicos na produção em relação à biodiversidade”.
282 A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** leu a sugestão da Sra. Márcia Chame (MS), que pedia para
283 substituir a palavra “diagnosticar” por “avaliar o impacto do uso do agrotóxico na biodiversidade” e
284 retirar o trecho “na produção de biocombustíveis”, colocando “e a sua acumulação na cadeia
285 trófica, retirando também “nos compartimentos ambientais” . A **SRA. MARIA ADÉLIA CRUZ**
286 **(FBOMS)** solicitou a retirada deste item. O **SR. JÂNIO ROSA (MDA)** comentou que o termo
287 agrotóxicos é muito amplo para ser inserido neste contexto. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE**
288 **SOUZA DIAS (MMA)** concordou e sugeriu que ele ficasse como mais um item elencado no
289 terceiro parágrafo, na proposta do Ministério da Saúde. Sem mais nenhuma proposta, se
290 encaminhou ao sétimo parágrafo. A **SRA. MARIA ADÉLIA CRUZ (FBOMS)** sugeriu a redação
291 “identificar os impactos negativos e positivos da expansão....sobre a conservação e utilização de
292 recursos hídricos considerando o impacto dessa atividade potencialmente poluidora nos rios e
293 solos”. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** defendeu a retirada desse item e voltar ao item 3,
294 adicionando “recursos hídricos, solos”. A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA (ONGs**
295 **AMBIENTALISTAS)** apresentou nova proposta é “identificar os possíveis impactos associados à
296 produção de biocombustíveis nas bacias hidrográficas”. A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)**
297 sugeriu substituir a palavra “identificar” por “avaliar”. Iniciou-se o oitavo parágrafo. A **SRA.**
298 **IOLITA BAMPI (IBAMA)** apresentou proposta da Sra. Márcia Chame (MS) para excluir as
299 palavras “caracterizar os possíveis” e colocar “solicitar ao MDA, MAPA, Mi e FUNAI a
300 sistematização de dados e/ou fortalecimento das pesquisas de”, excluindo “e ambientais” do texto.
301 A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA (ONGs AMBIENTALISTAS)** solicitou manter o texto
302 anterior, acrescentando depois de tradicionais “indígenas”, cortando “entre outros”. O **SR.**
303 **MARCELO SAMPAIO (SEAP)** sugeriu novo parágrafo: “incorporar nas análises de riscos dos
304 impactos positivos e negativos, os dados existentes sobre a socioeconomia das áreas consideradas
305 aptas para expansão, conforme zoneamento agroecológico”. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE**
306 **SOUZA DIAS (MMA)** propôs colocar “zoneamento agroecológico e /ou agroclimático” ao final

307 da proposta. No nono parágrafo, o **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** comentou sobre a
308 mudança de ênfase ao se passar “impactos sobre biodiversidade e suas cadeias produtivas” do
309 terceiro para o primeiro item. A **SRA. MARIA ADÉLIA CRUZ (FBOMS)** sugeriu a inclusão do
310 item “e as possibilidades de não expansão e da redução dessas áreas de cultivo”, antes do item
311 cinco. A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA (ONGs AMBIENTALISTAS)** propôs “elaborar e
312 propor possíveis cenários...” no início do item. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS**
313 **(MMA)** sugeriu, no quarto item, no lugar de “observando-se”, o verbo “considerando-se”. O **SR.**
314 **LÍDIO CORADIN (MMA)** propôs “construir possíveis cenários” ao invés de “elaborar e propor”.
315 A **SRA. IOLITA BAMPI (IBAMA)** apresentou considerações da Sra. Márcia Chame (MS), de que
316 esse item não trata de objetivos, mas, sim, de recomendações. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE**
317 **SOUZA DIAS (MMA)** entendeu, na proposta da Sra. Márcia Chame (MS) que, ao invés de
318 “construir cenários”, seria “considerar possíveis cenários”. A **SRA. ANDREA NUNES (MCT)**
319 manifestou discordância com a inserção “e as possibilidades de não expansão ou de redução”, o que
320 foi colocado em destaque para deliberação posterior. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)**
321 propôs um novo item: “plano de monitoramento e possíveis mitigações da expansão dos impactos
322 sobre a biodiversidade”. A **SRA. FANI MAMEDE (CONTAG)** solicitou voltar ao oitavo
323 parágrafo e informou que, a definição de agricultura familiar, estatuída em Lei própria, engloba os
324 extrativistas, as comunidades de pescadores e os indígenas, sendo que a agricultura extrativista da
325 agricultura familiar ficou limitada. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** ponderou que teria que
326 haver uma vírgula depois de “extrativistas”, ficando “sobre as atividades extrativistas, à agricultura
327 familiar, às populações tradicionais”. A **SRA. IVANEIDE BANDEIRA (ONGs**
328 **AMBIENTALISTAS)** propôs novo parágrafo: “Levantar as contradições entre as diversas leis que
329 tratam da produção de biocombustíveis e da agroindústria sulcralcooleira”. O **SR. BRAULIO**
330 **FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** solicitou uma outra redação, mais clara, ficando “levantar
331 contradições entre legislações federais e estaduais sobre biocombustíveis”. Encerrada a leitura e
332 destaque do texto, foi iniciada a votação do mesmo. No primeiro parágrafo, foi feita a votação entre
333 a proposta 1 e a 1Bis, tendo sido escolhida por sete votos à cinco a proposta 1. Nesta proposta,
334 havia duas sugestões: cadeias produtivas versus sistemas agroindustriais, tendo tido o primeiro seis
335 votos e o segundo cinco votos, tendo registro de uma abstenção. No segundo parágrafo, ganhou por
336 maioria a proposta 2Bis, tendo a proposta original apenas um voto. Dentro deste parágrafo, há as
337 expressões em colchetes: “riscos e impactos” e “análise de riscos”. O **SR. MARCELO SAMPAIO**
338 **(SEAP)** informou que já se fez a fusão em outro parágrafo de “riscos dos impactos positivos e
339 negativos”. O **SR. MIGUEL GUERRA (SBPC)** sugeriu que se mantivesse o termo “análise de
340 risco”, pois é consagrado e ele está incorporado no princípio da precaução que está dentro da

341 convenção da biodiversidade. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** replicou
342 que outros membros estavam propondo a manutenção de “impactos”. Ficando “análise de riscos e
343 impactos”. O terceiro parágrafo, sem propostas apresentadas para a votação, foi considerado
344 aprovado. O quarto parágrafo, foi votada a proposta pela retirada, tendo só três votos, mantendo-se
345 o parágrafo para discutir, com duas sugestões, a primeira recomenda que o executor do TOR
346 diagnostique os impactos na análise de risco, e o segundo, por remeter, como demanda, ao
347 Ministério da Saúde. Por seis votos à três, ficou a primeira opção. O quinto parágrafo, como fora
348 contemplado no terceiro, foi retirado pela maioria. O sexto parágrafo também foi deletado pela
349 mesma razão, por unanimidade. No sétimo parágrafo, havia duas propostas de redação, a original e
350 a 7bis, por redundância com o parágrafo 3, o original foi deletado por sete votos e, por oito votos, o
351 7bis foi mantido. O oitavo parágrafo, com duas opções, o original e o 8 bis, que incorpora análise
352 de risco. Por oito votos, foi deliberado pelo 8 bis. No parágrafo nove, foi discutido entre “construir
353 cenários” e “considerar cenários”. Por maioria, decidiu-se “considerar cenários”. Entre as duas
354 opções “considerando” e “observando”, prevaleceu, por seis votos “observando”. Os itens, dentro
355 deste parágrafo, sujeitos ao processo de votação foram: no quarto item, a adição de “as
356 possibilidades de não expansão e redução de área de cultivo”, mantido por sete votos; e a adição do
357 item sexto: “propor plano de monitoramento...”, mantido por maioria. O décimo parágrafo, tendo
358 sido uma nova proposta, foi aprovado por 7 votos à favor. Encerrada a votação dos parágrafos. O
359 **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** agradeceu à todos e informou que o
360 conteúdo seria revisado e repassado aos membros da CONABIO. O **SR. MIGUEL GUERRA**
361 **(SBPC)** manifestou preocupação de se fomentar uma cultura dentro da CONABIO para que nas
362 futuras edições da COP, fosse possível uma representação da Comissão. O **SR. BRAULIO**
363 **FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** informou não ser favorável a esta proposta, porque se
364 trata de uma reunião internacional de negociação e que ninguém poderá ter uma delegação de poder
365 de todos para negociar e falar em nome de todos da Comissão, mas que concorda que seria
366 desejável que membros da CONABIO procurassem participar das negociações da Convenção e
367 solicitem ao Itamaraty serem incorporados à delegação. A **SRA. ANDREA NUNES (MCT)**
368 ponderou que seria a participação de um membro da CONABIO, indo com o apoio da Comissão,
369 sobretudo, para trazer para esta as informações do que se passou e, também, como observador
370 apoiar as posições necessárias. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)**
371 concordou, desde que não seja para falar no exterior pela CONABIO. A **SRA. ANDREA NUNES**
372 **(MCT)** comentou que seria para o MMA estudar futuramente um apoio a um membro da
373 CONABIO a cada COP. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)** sugeriu que,
374 numa próxima reunião da CONABIO, se discuta esta questão e que possível estratégia se pode

375 adotar para o ministério poder apoiar a participação de algum membro pela CONABIO, dentro da
376 previsão de restrição de dotação orçamentária. A **SRA. MARIA ADÉLIA CRUZ (FBOMS)**
377 solicitou a palavra para pedir uma moção de aplauso pelo centenário de Vasconcelos Sobrinho, que,
378 se vivo fosse, estaria com 100 anos. Foi uma pessoa importantíssima, que criou as primeiras
379 disciplinas ligadas à ecologia, criou a 1ª Reserva Biológica no Nordeste, do Horto Zoobôtanico 2
380 Irmãos, Estação Ecológica Tapacurá, teve mais de 30 livros produzidos sobre indicadores da
381 Caatinga, foi uma pessoa muito importante e nosso mentor também na ASFAM e é por isso que
382 gostaria de sugerir a moção de aplauso pelo seu centenário. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE**
383 **SOUZA DIAS (MMA)** solicitou à Sra. Maria Adélia que fizesse uma proposta de redação para que
384 fosse circulada pra todos. O **SR. LÍDIO CORADIN (MMA)** pediu a palavra para chamar atenção
385 de toda a complexidade que foi o trabalho dessa Câmara Técnica Temporária de Biocombustíveis e
386 Biodiversidade, agradecendo a colaboração de todos e especialmente às Sras. Érica Pereira, Gláucia
387 Zerbini e ao Sr. Felipe Diniz. O **SR. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (MMA)**
388 agradeceu ao Sr. Lídio Coradin, que coordenou os trabalhos dessa Câmara. Fez um último informe
389 sobre a Reunião Sul-Americana de Intercâmbio de Informação sobre Implementação de Estratégias
390 Nacionais de Biodiversidade dos Países da América do Sul, no Acre, em abril de 2008. O relatório
391 da reunião, quando estiver pronto, será circulado entre os membros da CONABIO e será montada
392 uma página no PortalBio com todos os documentos e palestras que ocorreram nesse evento.
393 Agradeceu à todos pela presença e encerrou a reunião às 18h00. Eu, **Felipe Diniz**, por solicitação
394 do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

395

396

397

398

399

400 **Maria Cecília Wey de Brito**

401 Presidente

Braulio Ferreira de Souza Dias

Secretário Executivo